

Economia do Subdesenvolvimento Introdução[†]

Carlos Pinkusfeld Bastos^{*}

Gustavo Britto^{**}

A escolha do livro *Economia do Subdesenvolvimento* editado por Singh e Agarwala é quase natural como primeira obra a ser publicada pela série *Desenvolvimento e Economia Política*. Afinal, este volume contém boa parte dos textos seminais que acabaram por construir a teoria do desenvolvimento como um campo específico da ciência econômica a partir dos anos 1950. A maioria dos trabalhos foi escrita entre 1952 e 1956 com exceção do artigo pioneiro sobre economias com excedente estrutural de mão de obra de Rosenstein-Rodan, que data de 1943.

Como toda coletânea pode-se debater o critério de seleção dos autores, deixando de fora textos de reconhecida importância na literatura econômica e incluindo alguns que podem ser considerados, segundo alguns critérios, menos relevantes, ou que o tempo não tratou de alçá-los a posição de clássicos.

Este é o caso da contribuição de Raul Prebisch que não consta da presente coletânea apesar de ter sido escrita em 1950 e que é a obra fundadora da reflexão desenvolvimentista na América Latina.¹ Os autores preferiram também não incluir na seleção precursores do pensamento desenvolvimentista -- à exceção de Rosenstein-Rodin - como Mandelbaun e

[†] Os autores agradecem os comentários e sugestões dos professores Fabio Freitas, Fernando Mattos e Franklin Serrano.

^{*} Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense

^{**} Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

¹ Outra ausência importante entre os fundadores da teoria do desenvolvimento dos anos 1950 é de Albert Hirschman, mas nesse caso a ausência se deve a seus artigos terem sido escritos após a primeira edição deste livro.

Manoilescu.²

Por outro lado, não deixa de ser curioso que um livro que contém vários artigos clássicos do pensamento desenvolvimentista dos anos 1950 tenha como primeiro capítulo uma contribuição de Norbert Viner, um economista ortodoxo, crítico das políticas de industrialização e defensor do livre comércio como a principal força propulsora para o desenvolvimento econômico.

A despeito dessas singularidades, o presente volume contém em seus artigos todos os elementos centrais que caracterizam a economia do desenvolvimento em sua versão pioneira dos anos 1950. Estes conceitos, assim como o que identificamos como seus eixos analíticos principais, são abordados nesta introdução procurando-se apresentar como cada um aparece nas contribuições dos diversos autores deste volume. Antes da análise dos eixos centrais dos textos aqui publicados, faz-se uma breve introdução à idéia de desenvolvimento econômico no pensamento econômico, bem como das condições históricas que condicionaram o surgimento da teoria do desenvolvimento pós Segunda Grande Guerra. Esta introdução se encerra com a enumeração sucinta de algumas críticas e contribuições teóricas posteriores que seguiram a formulação inicial da teoria do desenvolvimento originária dos anos 1950 tentando avaliar a relevância atual da contribuição feita pelos pioneiros do pensamento desenvolvimentista.

A teoria do desenvolvimento econômico que surge após a segunda guerra mundial não escapa à regra de outros avanços da teoria econômica. É fruto de seu tempo, ou das condições sociais e ideológicas que marcam não só seu nascimento, como também, a forma geral que assume. O tempo do pós Segunda Grande Guerra se caracteriza por fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais, em prol do desenvolvimento de um número de países em estágio de avanço econômico e material inferior aos países mais ricos de então. É um período

² Mihail Manoilescu foi um economista romeno que escreveu uma série de artigos entre as décadas de 1920 e 1930 nos quais defendia teses caras ao pensamento desenvolvimentista do pós guerra, como críticas à doutrina das vantagens comparativas e, conseqüentemente, a defesa de políticas protecionistas e o incentivo a políticas explícitas de industrialização. O trabalho de Manoilescu encontrou ressonância no movimento industrialista brasileiro nos anos 1920/1930 tendo sido publicada uma tradução para o português, simultaneamente à tradução para o inglês, de seu livro *Théory du Protectionism et de l'échange International*, em 1931. A respeito ver Love (1998). Mandelbaun em 1945 escreve "*The Industrialization of Backward Areas*" antecipando tanto diversos elementos centrais do que mais tarde se caracterizaria como modelo dual como também defendendo a necessidade de industrialização dos países cuja a estrutura sócio-econômica fosse descrita por tal modelo.

que herda da crise do entre guerras, e da própria organização da vida econômica nos diversos países que daí resulta, um afastamento muito grande do dogma liberal do século XIX, como ver-se-á com mais detalhe à frente.

Apesar do desenvolvimento econômico só ter se distinguido como uma disciplina, ou campo - da economia no pós segunda guerra, a sua centralidade na reflexão econômica já pode ser encontrada na obra dos mercantilistas. Estudos recentes sobre essa escola do pensamento vem substituindo a visão tradicional, que relaciona as idéias dos mercantilistas à “falácia de Midas”, por uma leitura onde se identificam elementos que os aproximam de formulações de política industrial do século XX.³ Haveria na verdade, por parte destes autores, a percepção de uma superioridade da produção de manufaturas sobre a produção de matérias primas associado políticas de comércio exterior protecionistas com incentivos à industrialização e de exportação de produtos manufaturados. As ideias dos mercantilistas acabaram por influenciar autores e políticos de grande importância no processo de industrialização do século XIX, como Alexander Hamilton e Friedrich List, e através deste último, considerado o “pai” das propostas de proteção à indústria nascente, criarem uma linha de “continuidade” com o pensamento heterodoxo contemporâneo.⁴

A escola clássica de pensamento econômico que se seguiu aos Mercantilista tinha, segundo Marx, um elemento analítico unificador: o conceito de excedente social ou econômico, fundamental para determinação, nessa abordagem, de variáveis econômicas como distribuição de renda, preços relativos e acumulação de capital⁵. A repartição do excedente econômico é determinada em simultâneo ao sistema de preços relativos dada uma variável distributiva exógena. Tal repartição por sua vez é central para a determinação da trajetória efetiva de

³ A “falácia de Midas” seria o erro de confundir acumulação de moeda (ouro) com a riqueza produtiva de um país. No plano teórico essa suposta proposição mercantilista foi criticada pelo mecanismo de equilíbrio da balança de pagamentos de Hume que a partir da equação quantitativa, mostra que a acumulação de ouro resultaria, através da elevação dos preços internos, numa perda de competitividade comercial, com o retorno automático de uma economia superavitária/deficitária ao equilíbrio no comércio exterior. (ver Gandolfo 1987 p 178 - 187)

⁴ Para um quadro esquemático dessa linhagem desenvolvimentista a partir dos mercantilistas ver Jomo K.S. e Reinert (2005) p. xx. Existe uma extensa literatura recente de corte heterodoxo que busca recuperar aspectos desenvolvimentistas/industrialistas na obra dos mercantilistas se contrapondo às leituras convencionais. Para referências dessa literatura ver: Magnusson (1994), Reinert e Daastøl (2004), Reinert e Reinert (2003).

⁵ Ver Aspromourgos (1995) p. 2 e Bharadwaj (1889).

acumulação de capital e crescimento econômico. Smith e Ricardo, por exemplo, ao se assumirem a Lei de Say relacional diretamente a parcela do excedente dos lucros com o investimento e conseqüentemente acumulação de capital. Assim, no componente analítico central da escola clássica fica explícita a preocupação com a questão do desenvolvimento das forças produtivas e sua ligação direta com a teoria da distribuição e preços.

Como será apresentado à frente, é precisamente esta relação entre excedente econômico, acumulação de capital e crescimento que será resgatada pelos autores da teoria do desenvolvimento no século XX como paradigma alternativo à ortodoxia neoclássica.

A ênfase na questão da acumulação e conseqüentemente do desenvolvimento das forças produtivas que encontrou grande destaque desde os primórdios da reflexão econômica, porém sofre uma brusca interrupção com a ascensão da ortodoxia marginalista a partir do final do século XIX. Segundo Méier (1984):⁶

“durante um longo intervalo .. a análise marginalista dos economistas neoclássicos introduziu uma estrutura de pensamento mudando o interesse para o problema mais restrito da alocação de recursos e a teoria da troca”(p. 3)

Não é surpreendente que o modelo neoclássico de crescimento tenha sido formulado por Solow apenas em 1957 e que, mesmo assim segundo essa formulação clássica, o crescimento na posição de *steady state* continuasse a não se relacionar com a acumulação de capital, um dos resultados empíricos de maior robustez dentro da história econômica. Nada mais natural, então, que a Economia do Desenvolvimento, ao nascer, tenha ido buscar seus fundamentos numa tradição já não mais dominante dentro do *mainstream* econômico.

O Surgimento da Teoria do Desenvolvimento, Contexto Sócio-Político e Aspectos Gerais Centrais

Conforme mencionado anteriormente, existem alguns condicionantes sociais, econômicos e políticos que se relacionam diretamente ao surgimento da teoria do desenvolvimento. A

⁶ Meier também participa da presente coletânea, na qual repete argumento semelhante. Em vez de limitarem sua atenção ao conceito de “escassez” do problema econômico e ao “ajuste” da eficiência alocativa dentro de determinada estrutura produtiva, os economistas clássicos dispensaram grande atenção ao problema da “ampliação” da economia.”(p.)

listagem que se segue não pretende estabelecer qualquer ordem de prioridades, apenas apresentar o conjunto de circunstâncias que contribuíram para o surgimento desse campo do conhecimento econômico.

Um primeiro elemento central para este surgimento foi o próprio fim da era liberal sob a égide da Inglaterra do século XIX, após a eclosão da primeira grande guerra, ou, para usar o título de um texto clássico de Keynes, “o fim do *laissez faire*”. Os condicionantes geoeconômicos e geopolíticos muito particulares que geraram a ordem mundial do século XIX foram paulatinamente se enfraquecendo, ou mais precisamente, o papel econômico, financeiro e político exercido pela Inglaterra foi sendo erodido, com a ascensão de Estados Unidos e Alemanha no cenário internacional. Ao final do conflito ainda tenta-se retornar à antiga ordem. Contudo, sem os condicionantes estruturais que lhe sustentavam, tal tentativa sucumbe em meio às crises hiperinflacionárias dos anos 1920 e a grande depressão de 1929.

Na década de 1930 rompe-se, definitivamente, o padrão de comércio internacional que estava, supostamente, na base da ordem liberal⁷. Surge, então, uma estrutura de comércio autárquica e marcada pelo nascimento de blocos de países, e a idéia de um estado mínimo é substituída pela de um estado ativo e interventor, com o abandono paulatino da obsessão com as “finanças saudáveis”, ou seja, da necessidade do equilíbrio orçamentário. As experiências de intervenção são múltiplas indo desde a social-democracia escandinava ao nacional-socialismo Alemão, passando pelo *New Deal* americano e pelo período Vargasista no Brasil. Particularmente no caso dos países primário-exportadores como o Brasil, a ruptura dos sistemas internacionais de comércio e financeiro e, conseqüentemente, a ruptura forçada da inserção econômica anterior faz nascer novos grupos sociais e políticos ligados à produção industrial para o mercado interno, que terão grande relevância para a aplicação e difusão das idéias desenvolvimentistas.

Outro fator ocorrido no entre-guerras que teve forte influência sobre o ambiente intelectual do pós guerra foi o padrão de intervenção e planejamento econômico da URSS. Este país conseguiu em pouco tempo alcançar um processo de industrialização intenso e veloz, com limitada utilização de recursos do exterior ; ostentar um quadro de pleno emprego enquanto o

⁷ Há que se ter um certo cuidado com a questão da relação entre comércio exterior e o chamado período de ouro do liberalismo inglês. Se por um lado é verdade que nesta fase histórica houve um rápido aumento dos fluxos do comércio exterior com a inclusão dinâmica de várias áreas do planeta, por outro também deve-se observar que tal comércio nunca se fez sob a égide de um verdadeiro livre comércio com a imposição de barreiras tarifárias, muitas vezes bastante pesadas, em vários países (ver nota 11).

mundo capitalista vivia o drama da grande depressão e, finalmente, um expressivo progresso em educação e saúde, configurando o que poderia ser chamado de um caso de crescimento com equidade (Chandra 2002). Essas políticas de planejamento da atividade econômica tiveram forte impacto sobre as opções adotadas em países como Japão, Índia e Egito, entre outros. É claro que a alternativa soviética enquanto sistema econômico de rápido crescimento fez com que os EUA “alterassem radicalmente suas próprias políticas para seus aliados para incentivar seu desenvolvimento econômico e fazer seu eleitorado menos suscetível à influência soviética”(Chandra, p. 459). Essa influência nos países não socialistas não se resumiu, aliás, à formulação de um modelo a ser copiado ou ao impacto dos resultados positivos de tal modelo sobre a estratégia americana internacional dentro do contexto da guerra fria, conforme será destacado abaixo. No caso da Índia, por exemplo, o apoio direto Soviético à instalação da indústria de aço nos anos 1950 fez com que países capitalistas ocidentais revertessem políticas anteriores que não contemplavam investimentos diretos em tal setor neste país.

Em relação à esta ruptura do padrão de intervenção pública na economia, vale anotar que tal processo se aprofunda na Segunda Guerra Mundial, uma guerra global onde as economias nacionais passaram a funcionar em função do esforço de guerra com alto grau de intervencionismo, dando ao planejamento econômico uma caráter científico e sistemático⁸. Tais experiências acabaram também por consolidar na política econômica a revolução Keynesiana, que havia ocorrido no campo da teoria econômica com a publicação em 1936 da Teoria Geral. Apesar da importância para o desenvolvimentismo da obra de Keynes e, principalmente, seu reflexo nas práticas de política econômica, ao prover bases teóricas para uma maior intervenção do estado na economia, sua influência não foi central para a teoria do desenvolvimento que nasce na segunda metade do século XX. A obra de Keynes era, corretamente, interpretada como tratando de questões de curto-prazo, ou com as flutuações da economia, e não com o crescimento

⁸ Durante a segunda a guerra os EUA se tornaram virtualmente uma economia “planejada” com metas quantitativas de produção, controles de preços e agências de fomento e planejamento para setores específicos da economia como construção naval e de alimentos. Boa parte do aparato estatal intervencionista era herdeiro das agências criadas pelas políticas do *New Deal*. Além disso, foi com a guerra que se expandiu substancialmente a base de incidência do imposto de renda e se reforçou a estrutura sindical, com expressivo aumento dos trabalhadores sindicalizados. O período de 1940 a 1944 foi também, por larga margem, o quinquênio de maior crescimento da história da economia americana desde 1790 (Johnston e Williamson (2008)) com uma taxa média de 13,7%. Para um breve resumo sobre esta experiência de desenvolvimento planejado ver Tassava.

e desenvolvimento econômico. E mesmo a sua extensão para o longo prazo não daria conta das questões relevantes dos países subdesenvolvidos⁹.

Outro elemento de grande importância geopolítica para criar um clima favorável a proposição de teorias e políticas de desenvolvimento econômico foi o movimento de descolonização ocorrido na Ásia e África, criando novas nações e, assim, a necessidade de políticas desenhadas especificamente para tais países. É claro que tal necessidade é consequência de uma postura pró desenvolvimento que se delineia desde 1941 com a primeira Declaração Aliada, na qual afirma-se explicitamente o princípio de que "... a única base sólida para a paz seria o usufruto de prosperidade econômica e social por pessoas livres" (Oman e Wignajara p. 2).

Percebe-se também, pela própria linguagem dessa declaração que se afirma, desde então, uma estratégia que seria reforçada pelo surgimento da Guerra Fria, na qual, como citado anteriormente, os Estados Unidos para concorrer ideológica e politicamente com a União Soviética se vêem quase compelidos a estimular a elevação do padrão de vida dos países a fim de afastá-los da "tentação" socialista.

Essa estratégia explícita pode ser atestada pela "Estratégia Truman" que, ao lado de outras medidas como o Plano Marshall e o auxílio militar a países lutando contra insurreições comunistas, em seu discurso de posse, em 1949, propõe um inédito e vigoroso programa de apoio ao desenvolvimento de países atrasados, conhecido como "Programa Ponto IV".

Talvez uma das expressões mais notáveis e explícitas dessa estratégia seja o título do livro mais famoso de um dos autores presentes nessa coleção, W.W. Rostow: *Os Estágios do Crescimento Econômico, um Manifesto Não-Comunista*. Rostow teve uma carreira, não incomum entre os economistas do desenvolvimento da época, dividindo sua atuação entre o trabalho acadêmico e a inserção política, tendo ocupado diversos cargos no governo americano, vários deles ligados à tarefa de propor e executar políticas desenvolvimentistas em diversos

⁹ Lewis, por exemplo, é explícito em relação a este ponto: "Quando a Teoria Geral de Keynes apareceu, pensou-se inicialmente que seria o livro que esclareceria os problemas dos países com excedente de mão-de-obra... No entanto, as reflexões posteriores revelaram que o livro de Keynes não só supunha oferta ilimitada de trabalho, mas também, e mais fundamentalmente, oferta ilimitada de capital e de terra - isto era mais importante tanto a curto prazo, no sentido de que, superada a restrição monetária, o limite real à expansão não está nos recursos físicos, mas na oferta limitada de trabalho, quanto no longo prazo, no sentido de que a expansão secular vê-se interrompida não pela escassez mas por uma poupança tornada cada vez mais supérflua.... Daí não ser o keynesianismo, do ponto de vista dos países que contam com excedentes de trabalho, mais que uma nota de rodapé do neoclássicismo, embora se trate de uma longa nota, importante e mesmo fascinante."(p.).

países.

Finalmente, ainda que não explicitamente, um elemento crucial que está por trás da agenda desenvolvimentista do período é a questão da convergência.

Observando o crescimento da economia de uma perspectiva de longo prazo, pode-se observar que a partir da expansão do capitalismo industrial no século XIX há uma mudança no padrão do crescimento da renda per capita. Nas palavras de Maddison (2001):

“De 1000 a 1820 o movimento ascendente da renda per capita se arrastava lentamente – para o mundo como um todo a elevação era de cerca de 50%. Crescimento era predominantemente de caráter “extensivo”. A maior parte, acomodou a quadruplicação da população. Desde 1820, o desenvolvimento mundial tem sido bem mais dinâmico, e mais “intensivo”. A renda per capita cresceu mais rapidamente que a população; em 1998 a primeira era 8 vezes e meia maior que em 1820; nesse período a população cresceu 5,6 vezes”(Maddison 2001 p. 28).

Entretanto, esse crescimento “intensivo” teve caráter desigual, ou seja, o crescimento de países, e mesmo regiões mundiais, ocorreu em velocidades muito distintas levando a um afastamento das suas rendas per capita.

Ainda que os dados históricos de produto per capita de vários países sejam reconhecidamente precários no século XIX, Maddison (1991) mostra que entre 1820 e 1913 a distância entre as regiões do mundo passa de 3:1 para 9:1, sendo que essa divergência regional se acentua ainda mais no período até pós Segunda Grande Guerra, chegando em 1950 a 15:1 (Maddison 1991, table 3-1b, p.126).

Partindo da mesma base de dados, mas utilizando outras técnicas estatísticas, Milanovic (2005) afirma que:¹⁰

“Considerando primeiro o tema da convergência ou divergência entre as rendas dos países...os resultados... ilustram o processo da “Grande Divergência” que começou com o moderno desenvolvimento industrial e crescimento no Ocidente. Durante o

¹⁰ Milanovic (2005) define o Conceito 1 como a medida de concentração de renda simples entre os países, e o conceito 2 como uma medida de concentração ponderada pela população dos diferentes países. Para o período pré Primeira Grande Guerra, a desigualdade medida pelos índices de Gini e Thiel no conceito 2 são praticamente as mesmas daquelas obtidas no conceito 1. Há uma mudança mais sensível entre os resultados dos dois modelos para o período do pós primeira guerra e, principalmente, durante a Segunda Grande Guerra. Nesse caso os índices de concentração no conceito 2 aumentam dramaticamente já que “... que pobre e populosa China continua seu declínio econômico enquanto o país mais rico (e relativamente populoso) os Estados Unidos se afasta à frente do resto do mundo.” (Milanovic 2005 p. 141). Para um quadro sinótico da desigualdade mundial numa perspectiva histórica ver Milanovic 2005 table 11.1 p. 142.

primeiro século de globalização, isto é, entre 1820 e 1913, o Conceito 1 de desigualdade dobrou se medido pelo índice de Gini e mais que triplicou se medido pelo de Theil” (Milanovic 2005 p. 140)

Em resumo, a promessa Ricardiana de que a especialização, com a produção industrial circunscrita aos países com vantagens comparativas nesta atividade, e o livre comércio seriam benéficos para todos os países revelou-se bem mais vantajosa para alguns específicos, ajudando a enfraquecer a ideologia liberal dominante no século XIX.¹¹

Outro argumento, proposto por Prebisch (1949), sobre as condições históricas da ordem econômica internacional do pós guerra, também reforçava a idéia de que o livre comércio internacional dificilmente poderia exercer uma eventual força propulsora da economia internacional. Os EUA eram, ao final da segunda guerra uma economia extremamente fechada. Essa era uma característica oposta àquela da Inglaterra no século XIX, ou seja, uma economia mais aberta tanto em razão de sua dotação de recursos naturais como por ter sido, ainda que durante um período restrito neste século, mais livre cambista que o resto do mundo (ver Bairoch 1993 p. 21-24). A natureza estrutural da economia americana, seus recursos naturais e a elevada produção/produktividade agrícola, reforçada pelo fato de que na segunda metade dos anos 1940 esta havia ultrapassado, em muito, seus concorrentes em termos de competitividade industrial, não pareciam estimular arranjos de comércio exterior dinâmicos e complementares.

Tem-se, assim, um somatório de fatores econômicos, sociais e políticos que preparam um campo bastante fértil para o nascimento da Teoria do Desenvolvimento nos anos 1950.

Em relação a aspectos teóricos estrito senso os artigos que constam nessa coletânea, e por consequência a Teoria do Desenvolvimento propriamente dita, apresentam alguns eixos analíticos que supomos serem centrais na reflexão da teoria do desenvolvimento. Antes, entretanto, vale perguntar uma questão de ordem geral: até que ponto tal teoria rompe com o paradigma neoclássico, então e até hoje, dominante? Como veremos, há, por vezes implícita e outras explícita, uma adesão ao paradigma clássico de acumulação de capital, mas é importante

¹¹ Há uma certa ironia nesse fato já que o país que mais cresceu passando a ser o líder primeiro econômico e depois político do mundo foi exatamente os Estados Unidos o mais protecionista entre todos. A Inglaterra, mesmo, só adotou políticas livre cambistas após 1946 e a partir da década de 1970, após um breve interregno livre cambista no continente Europeu, é a única que mantém tais políticas enquanto via sua importância relativa como nação líder da economia mundial declinar continuamente. (ver Chang 2004 p.36). Para uma revisão crítica do mito do livre-cambismo no século XIX ver Bairoch (1993) p. 16-43 .

entender o grau de afastamento efetivo da teoria do desenvolvimento, aqui analisada, com o paradigma marginalista dominante.

Encontramos em Lewis uma referência explícita a inadequação da abordagem neoclássica para a teoria do desenvolvimento. Lewis observa corretamente que a teoria clássica, ao focar seu interesse no excedente econômico e na distribuição deste excedente, relacionava diretamente distribuição e o processo de acumulação de capital. Além disso no processo de determinação da distribuição a teoria clássica determinava seus preços relativos, o que na visão de Lewis seria um “subproduto menor”.¹² Para Lewis, na teoria neoclássica:

“O interesse pelos preços e pela distribuição da renda sobreviveu ... mas a oferta de mão-de-obra deixou de ser ilimitada e já então não se esperava que o modelo formal de análise econômica explicasse a expansão do sistema através do tempo. A mudança de hipóteses e de interesses serviu bem à Europa onde, efetivamente, havia limitação na oferta de mão-de-obra e onde durante o meio século seguinte tinha-se a impressão de que a expansão econômica poderia ser vista como algo automático. Por outro lado, na maior parte da Ásia a oferta de trabalho é ilimitada e a expansão econômica não pode ser tida como garantida.”(p.)

Sendo a teoria neoclássica do valor e distribuição baseada na escassez, o seu funcionamento pressupõe a existência de escassez do fator mão de obra, ou, em outras palavras, assumida a hipótese de retornos constantes de escala, através do mecanismo de substituição gera os retornos decrescentes de fator. Este mecanismo, que determina a trajetória de *steady state* do modelo neoclássico de crescimento, só existe caso a adição de uma nova unidade de capital encontre uma oferta de mão de obra plenamente empregada. Caso isso não ocorra e exista uma oferta de mão de obra infinitamente elástica a cada adição de uma unidade de capital, considerando retornos constantes de escala, será possível adicionar-se mais uma unidade de trabalho com um crescimento do produto na mesma proporção. Assim, quanto mais se acumula capital, mais o produto cresce, já que há uma fonte ilimitada de trabalho para se combinar com tais adições de capital, sem que se verifiquem retornos decrescentes deste último fator.¹³

Rostow segue uma linha de argumentação próxima para defender a necessidade de uma

¹² O fato dessa referência explícita ter sido feita no artigo de Lewis é particularmente relevante dada a importância deste dentro da literatura do desenvolvimento, tendo inclusive valido para o seu autor o Prêmio Nobel de Economia em 1979.

¹³ Para uma apresentação simplificada do funcionamento do mecanismo neoclássico num modelo de crescimento de Solow ver Cesarrato e Serrano (2002).

teoria do desenvolvimento separada das ortodoxias do momento (tanto a marginalista quanto o consenso macroeconômico keynesiano do pós-guerra), ou seja, que tais modelos são úteis para economias maduras mas não as subdesenvolvidas ao afirmar que “o grosso da economia teórica moderna, inclusive boa parte do recente trabalho sobre as propriedades formais dos modelos de crescimento, trata dos problemas e vicissitudes de economias em sua terceira fase, de crescimento, (e, principalmente, as flutuações cíclicas, bem como a ameaça de desemprego crônico).” (p.) Entretanto, ao contrário de Lewis que apresenta uma razão empírico/teórica consistente, seus argumentos são mais históricos.

Furtado, por sua vez, apresenta a ruptura da teoria do desenvolvimento com a ortodoxia marginalista como quase uma consequência natural do ganho de importância da análise econômica sobre o ciclo econômico, ou seja, “... a política anticíclica foi evoluindo de medidas elementares de caráter monetário para uma ação coordenada sobre os elementos dinâmicos do sistema econômico.”(p.)¹⁴

Outra linha em que a abordagem tradicional é criticada pelos fundadores da teoria do desenvolvimento é aquela que liga o livre comércio e suas vantagens potenciais relacionadas à convergência entre países. Em termos gerais essa crítica recai no caráter estático do exame dos custos comparativos ainda que existam outras questões específicas referentes ao comércio exterior que iremos tratar brevemente mais à frente.¹⁵

Finalmente, outro ponto central que se afasta a teoria do desenvolvimento da análise marginalista mais tradicional diz respeito às externalidades, ou a divergência entre a produtividade marginal de um projeto, ou investimento, e sua produtividade marginal social. Antes de abordarmos estes pontos individualmente iremos discutir o conceito que está por trás, e justifica, a existência de uma teoria do desenvolvimento: o subdesenvolvimento.

O Conceito de subdesenvolvimento.

¹⁴ Ainda em relação ao surgimento de novo instrumental analítico Furtado destaca a construção de matrizes insumo-produto e mesmo os modelos de crescimento de Harrod e Domar.

¹⁵ Usamos a expressão tradicional porque aqui não há referência à natureza teórica neoclássica e sim o resultado das vantagens comparativas no comércio exterior que levariam os países a alcançarem a convergência através do livre comércio, o que, se por um lado é um resultado neoclássico, por outro não pertence ao conjunto da tradição clássica, se restringindo a David Ricardo.

A primeira questão importante a ser analisada pelos artigos desta coleção diz respeito ao próprio conceito de subdesenvolvimento; tido como uma situação sócio econômica que justificaria a própria criação de uma teoria do desenvolvimento. De resto esse é o próprio título do livro explicitando o objeto cujo estudo demandaria um campo específico de conhecimento dentro da ciência econômica.

Curiosamente, essa é possivelmente uma questão muito polêmica, mesmo que nos limitemos à análise dos artigos presentes no atual volume. Não sendo esta coletânea um texto didático e sim uma reunião de artigos seminais, não é de se estranhar que não se encontra uma definição única e precisa do termo que dá título ao próprio livro.¹⁶ O esforço que se segue é de comparar as formas como o termo é tratado nos vários artigos e propor uma definição que a despeito de suas inerentes limitações auxilie a compreensão do leitor, procurando um mínimo denominador em relação ao objeto central a ser estudado pela teoria do desenvolvimento.

Inicialmente é preciso registrar que se encontra em alguns artigos a utilização, algumas vezes de forma intercambiável, a expressão país atrasado (*backward country*) em lugar de país subdesenvolvido. Na sua contribuição, Myint distingue o subdesenvolvimento dos recursos e o atraso das populações. Ao se discutir este último tópico pode-se enveredar por aspectos subjetivos de um desajuste ou descontentamento de uma população com a sua realidade material, frente a algum padrão de consumo externo a esta sociedade. Apesar de ser uma discussão relevante esta questão envolve alguns elementos que exigiriam um aprofundamento fora do escopo desta introdução. Ainda assim a questão de "importação" de padrões de consumo é muito importante para a teoria do desenvolvimento e será examinada quando formos discutir o problema da poupança. A despeito da discussão e do tratamento cuidadoso encontrado no texto de Myint sobre a questão do atraso das populações, seguir-se-á a discussão tendo como foco o conceito do subdesenvolvimento, propriamente dito.

Como já destacado anteriormente o primeiro artigo desta coletânea - que busca precisar o conceito de subdesenvolvimento entre várias propostas alternativas - é escrito por um autor neoclássico ortodoxo: Norbert Viner. Assim, a definição, para este, mais adequada não é necessariamente àquela que melhor refletiria as linhas gerais da literatura do desenvolvimento,

¹⁶ Esse ponto é tão pouco consensual que Rostow sugere, por exemplo, o próprio abandono do termo "...áreas subdesenvolvidas" e sua substituição pelas quatro distinções entre economias: tradicional, anterior à decolagem, em plena decolagem e em crescimento." (p.)

como veremos à frente. Após descartar algumas possíveis candidatas ligadas às relações entre ocupação do espaço geográfico, relação entre capitalização e sua produtividade marginal, e, mais interessante, relação entre produção/população relativa na indústria, Viner, opta por uma definição que coloca em destaque meramente o nível de renda per capita no país *vis-a-vis* sua dotação de fatores e a questão do acesso de um melhor padrão consumo a uma maior parcela da população:

“Uma definição mais própria para país subdesenvolvido é a que diz tratar-se de um país que tem boas perspectivas potenciais para utilizar mais capital e mais mão-de-obra, ou mais recursos naturais disponíveis ou as três coisas ao mesmo tempo, a fim de manter sua população atual a um nível de vida mais elevado ou, no caso de seu nível de renda *per capita* já ser elevado, manter uma população maior num nível não inferior de vida.”(p.)

Com base nesta definição Viner afirma que:

“... um país pode ser subdesenvolvido, quer seja densa ou escassamente povoado; quer seja um país rico em capital, quer seja pobre; quer seja um país de elevada renda *per capita* ou possua uma baixa renda *per capita*; quer seja industrializado ou agrícola.”
(p.)

Dessa forma esse autor na verdade se afasta de praticamente todas as questões mais cruciais discutidas pela teoria do desenvolvimento, ou mais especificamente, das condições de certos países que os caracterizariam como subdesenvolvidos, cuja própria existência explicaria a necessidade do sub-campo desenvolvimento econômico. Descontada a questão da ocupação do território, os outros elementos, apresentados como irrelevantes por Viner, são centrais para a discussão do desenvolvimento: a acumulação de capital e a industrialização que levaria aos ganhos de produtividade e crescimento da renda per capita numa velocidade tal que permitiria a aproximação relativa (*catch up*) frente aos países mais desenvolvidos.¹⁷

Kuznets relaciona o conceito de subdesenvolvimento ao “...fracasso em proporcionar níveis de vida aceitáveis a uma grande proporção da população de um país, resultando em miséria e privações materiais.” (p.) Ainda que sua definição não tenha referência direta a questão do *catch-up* ao apresentar as privações materiais a que são expostas boa parte das populações dos países subdesenvolvidos em termos absolutos, há indiretamente uma comparação

¹⁷ Na sua discussão Viner relaciona o subdesenvolvimento com a existência de miséria numa crítica precoce ao *trickle down* e quase antecipatória da discussão que viria a ter grande importância mais tarde dentro do próprio campo heterodoxo como mencionado, à frente, nesta introdução.

com o padrão de vida das populações dos países desenvolvidos. Afinal para esse autor:

"Os países adiantados, sobre cujo desempenho *alcançado* pode ser medido o atraso econômico, são demonstração inegável de que os níveis econômicos superiores são atingíveis e não somente potencialidades obscuramente entrevistas pelo acervo de conhecimento. A tensão nos países subdesenvolvidos é gerada pelo conhecimento de sucessos em outras partes do mundo". (p.)

É interessante sublinhar que Kuznets é muito explícito ao reconhecer que essa polarização no momento histórico então vivido criava tensões sócio-econômicas e político-militares. Em relação à primeira, Kuznets lembra que nos países onde o padrão de vida é "... adequado, ainda que não-realizado todo o potencial tecnológico — como nos países desenvolvidos — nenhum problema sério surge" enquanto em relação à segunda o mesmo autor afirma que:

" [O] sucesso econômico confere poder que pode ser utilizado para a agressão, manifesta ou encoberta. Por esta razão os países que se distanciam de outros em relação ao sucesso econômico podem tornar-se incapazes de se defender contra a agressão, real ou temida, dos países mais adiantados." (p.)

Nessa definição de Kuznets variáveis como acumulação de capital, renda per capita e mesmo industrialização, são elementos centrais, mas o conceito apresenta um caráter descritivo estatístico, despido de uma caracterização que possa aproximá-lo mais diretamente das reflexões teóricas da teoria do desenvolvimento.

Assim, o critério de definição, incorporando a idéia do *catch up*, deve seguir um elemento central da reflexão da teoria do desenvolvimento; a existência de uma economia com heterogeneidade estrutural, ou seja, composta de um setor moderno mais intensivamente capitalizado e de um setor dominado pela produção para subsistência com baixa produtividade e um excedente estrutural de mão de obra. Ainda que muitas contribuições com inspiração nesse esquema central Lewisiano, identificassem de forma biunívoca, e não exatamente fiel as idéias de seu formulador, o setor moderno com indústria e o atrasado com agricultura¹⁸, não há dúvida que uma caracterização estrutural de uma economia subdesenvolvida é a presença de uma proporção muito elevada da população economicamente ativa na agricultura não tendo como

¹⁸ Ver Figueroa (2004) para uma crítica ao que o próprio Lewis considerava um incompreensão do seu modelo ao reduzir seu conceito de mercado dual ao binômio agricultura x indústria.

contrapartida uma participação semelhante desse setor no produto agregado.¹⁹ Assim o caráter de mudança estrutural na economia como consequência do processo de desenvolvimento fica claro nesta citação de Singer:

“O desenvolvimento econômico para esse grupo significará uma modificação estrutural. A proporção da população na agricultura terá de cair e o setor não-agrícola deverá expandir-se. Deve notar-se que para os nossos propósitos é inteiramente irrelevante que essa modificação estrutural seja considerada como "finalidade" ou "objetivo" do desenvolvimento econômico, ou como suas consequências. Quer iniciemos pela industrialização, pelo desenvolvimento agrícola, ou por qualquer outra maneira, a elevação dos níveis de renda terá de ser acompanhada por uma correspondente alteração estrutural: isto é, uma diminuição relativa do setor agrícola.”(p.)

Em suma tal ajuste estrutural permitiria superar a heterogeneidade estrutural da economia com a incorporação da população a setores de maior produtividade tendo como consequência a própria superação da condição de subdesenvolvimento.

Elementos Analíticos Centrais da Teoria do Desenvolvimento

O papel da poupança

Um ponto sobre o qual pode-se observar pouquíssima divergência entre os principais formuladores da teoria do desenvolvimento, e nesse caso os autores presentes neste livro são uma boa amostra, é a centralidade da questão da poupança. Esse fato não deve surpreender já que decorre diretamente da opção teórica de retorno ao pensamento clássico no qual a velocidade da acumulação, ao contrário do modelo canônico neoclássico, se relaciona diretamente com a capacidade de poupar ou com a parcela do excedente que não é consumida (no caso dos clássicos a parcela do produto descontada àquela destinada ao salário de subsistência e a renda dos proprietários de terra em Ricardo). A centralidade da poupança pode, entretanto, ser melhor compreendida se estudada segundo alguns cortes analíticos particulares ainda que na literatura em geral, bem como nos artigos aqui reunidos, estejam, implícita ou explicitamente, interconectadas.

¹⁹ Singer, em sua contribuição a esta coletânea, propõe alguns valores para essa relação “desequilibrada”: “O ‘esquema modelo’ supõe que 70% da população esteja no setor agrícola; que a participação da agricultura na renda “nacional” total seja de 40%; que a relação da renda agrícola *per capita* comparada com a renda média *per capita* seja de 57%...” (p.)

O primeiro conjunto de questões diz respeito à fronteira da ruptura do subdesenvolvimento e a suposta carência de poupança que caracterizaria as economias subdesenvolvidas. Nesse ponto é importante diferenciar uma questão quase física de outra mais teórica. A questão física se refere a casos de países tão pobres, ou com rendas per capita tão baixas, que independente da fração da renda poupada ainda assim o montante absoluto de recursos dedicados à compra de bens de capitais, poupança, seria insuficiente frente ao valor unitário mínimo destes. Parece ser a esse caso que Meier, por exemplo, se refere ao dizer que para que se rompesse o círculo vicioso do subdesenvolvimento "... fazia-se necessária a acumulação de capital. Mas o baixo nível de renda real mantinha baixo o nível de poupança interna."(p.). Furtado é mais específico, ou descreve um quadro mais bem definido ao se referir a economias "...muito atrasadas ..[em] que 80 ou mais por cento da população ativa trabalha para satisfazer as necessidades de alimentação ou vestuário da coletividade."(p.). Nesse caso, ou "num nível tão baixo de produtividade é difícil que tenha origem dentro da comunidade um processo de acumulação de capital."(Furtado, p.).

No texto de Furtado não são dados exemplos específicos de casos como este, mas poderíamos pensar em países muito pobres da África ou, à época, Ásia, que para iniciarem seu desenvolvimento teriam que contar com auxílio financeiro da comunidade internacional.

A questão teórica mais genérica e que está presente em praticamente todos os textos do presente volume se refere a importância da elevação da fração da poupança como proporção da renda ou de uma escassez de poupança frente às necessidades do desenvolvimento. Uma citação de Lewis, que por sua vez é também citada no artigo de Rostow, define bem a importância da poupança na teoria do desenvolvimento:

"O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente poupava nem investia 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais. Este é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e habilidades junto com o capital). Nenhuma revolução "industrial" pode ser explicada (como o pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que a poupança aumentou em relação à renda nacional."(p.)

O próprio Rostow em sua descrição, um tanto esquemática, sobre as fases do desenvolvimento associa estas a proporções da poupança na renda. Uma proporção abaixo de 5% caracterizaria países em fase pré-decolagem e tal processo, só ocorreria, quando a economia

rompesse tal barreira. Um crescimento sustentado exigiria taxas de poupança de pelo menos 10%. Vale anotar que a despeito de seu tão criticado esquematismo, Rostow lembra que em economias de enclave a taxa de poupança pode chegar a valores elevados, mas as outras condições para a decolagem não são cumpridas.

Rostow estava preocupado com a relação poupança e decolagem. Assim, uma vez alcançado esse limite mínimo e tendo um país decolado para a industrialização e desenvolvimento, alcançar-se-ia uma velocidade cruzeiro de crescimento ou “..um período prolongado no qual o crescimento se torna normal e relativamente automático.” (p.)

A maioria dos autores presentes neste volume, entretanto, apresentam um tratamento mais complexo e dinâmico para a “carência de poupança”, enfatizando no processo de desenvolvimento econômico o surgimento de uma oposição quase natural, ou inevitável, entre consumo e poupança, ou, conseqüentemente, entre consumo e crescimento. Mesmo que o círculo vicioso inicial fosse rompido (descontada a questão das externalidade discutidas mais à frente), e para tal existisse o essencial o auxílio do capital externo, o processo de desenvolvimento poderia ser prejudicado pelo surgimento do *trade off* consumo-poupança.

Essa oposição aparece em sua forma mais bem formulada na contribuição de Nurkse. Este autor estende a sugestão de Duesenbery²⁰ para uma economia doméstica ao contexto do estudo do desenvolvimento através do “efeito demonstração” sobre o consumo.²¹ Tal debate se originou dos resultados “surpreendentes” dos estudos de Kuznets sobre a propensão a poupar no pós-guerra, que refutavam empiricamente a hipótese “Keynesiana” de elevação da propensão a poupar com a elevação da renda da sociedade. A elevação da renda dos mais pobres não aumentaria sua propensão a poupar porque estes emulariam padrões de consumo mais

²⁰ James S. Duesenberry, “Income, Saving and The Theory of Consumer Behavior”, Harvard University Press, 1949.

²¹ Myint segue a mesma linha de argumento desenvolvida por Nurkse acrescentado que a preocupação “mais recente” de emulação de padrões de consumo de Duesenbery já teria sido desenvolvida inicialmente por Veblen. Para Myint o “..desajuste entre as necessidades e a capacidade de poupança ... [pode] ocorrer mesmo quando as rendas per capita estejam em elevação. Com efeito, pode-se criar um maior descontentamento quando as rendas se elevam o suficiente para que os consumidores introduzam novos produtos em seus orçamentos...[a]ssim, ter-se-ia que levar em conta os motivos do “consumo conspícuo” e das deseconomias externas do consumo de grupos de renda mais elevada”(p.) Wallich, também segue a mesma linha de argumentos ao afirmar que “A demanda de bens de consumo modernos tende, quase que certamente, a reduzir a oferta de poupança. O efeito demonstração é hostil à poupança.” (p.)

sofisticados. Como consequência, a propensão a poupar agregada da economia não se elevaria.

A partir dessa constatação empírica, e sua interpretação teórica correspondente, Nurkse afirma que a tendência quase inevitável à emulação dos padrões mais sofisticados à medida que ocorresse o processo de desenvolvimento acabaria por criar problemas de restrição de poupança:

“...no plano internacional o contato e conhecimento de esquemas de consumo superiores dão asas à imaginação, criando novas necessidades. O principal exemplo deste efeito é, na atualidade, a ampla imitação dos padrões de consumo americanos. ...em geral, esta imitação exige fundos de investimento. A tentação de copiar os padrões de consumo americanos tende a limitar a oferta de fundos para investimento.”(p.)

É interessante observar que Furtado ao comentar o trabalho de Nurkse destaca sua convergência em relação à reflexão originária da CEPAL e que “...a importância da contribuição do Prof. Nurkse nesta matéria deve-se a que ele deu maior generalidade ao fenômeno, colocando-o dentro de uma teoria geral do comportamento do consumidor.”(p.).

A versão Cepalina originária que associa o problema da falta de poupança ao consumo de luxo, ou conspícuo, pode ser encontrada também em Baran²²:

“...[a] propensão a poupar e expandir suas empresas [dos prósperos homens de negócios] é, freqüentemente, freada pelo desejo imperativo de imitar os hábitos das “famílias tradicionais” socialmente dominantes, e provar pelo seu consumo conspícuo nos confortos da vida luxuosa que não são socialmente (e, portanto, politicamente) inferiores a seus pares aristocratas da coligação dominante.”(p.)

Em relação a questões mais gerais quanto à carência de poupança vale ressaltar também uma importante contribuição de Myint. Este autor distingue explicitamente a questão do financiamento como analiticamente distinta da questão da poupança, ou seja: separação entre a inexistência de uma parcela da renda não consumida que garanta uma acumulação de capital e os problemas de se gerar os fluxos financeiros demandados pelos investidores:

“...vemos, freqüentemente, que os altos riscos e as dificuldades em encontrar saídas adequadas para os fundos líquidos podem ser mais importantes que a escassez genérica de poupança ... é difícil afirmar que se verifique escassez geral de poupança na economia atrasada como um todo. ...Referimo-nos ao problema da organização e

²² Rostow também sublinha que o excedente não consumido pelo “consumo da massa” não deve ficar nas “mãos daqueles que o esterilizariam, entesourando-o, em consumo de luxo ou investimento de baixa produtividade.”(p.) Entretanto, consistentemente este autor estava preocupado com a questão do *take off*, ou seja, tal alocação do excedente ser incompatível com as necessidades estruturais do *take off*. Rostow também toca no ponto que é tratado explicitamente por Myint, e que é apresentado nos parágrafos seguintes, da diferença entre poupança e financiamento.

distribuição do crédito, enquanto separado do problema do aumento da oferta total de poupança. ...[assim] [p]ode-se verificar também que o “gargalo” real pode ser, freqüentemente, encontrado mais nas dificuldades em organizar a distribuição do crédito e em encontrar aplicações adequadas para a poupança existente que na escassez geral de poupança. Isto pode também ser visto pelo fato de que, mesmo havendo consideráveis quantidades de poupança interna, é esta utilizada normalmente para o empréstimo à base de hipotecas territoriais e de jóias, visto que isto traz aos poupadores taxa de retorno muito mais elevada que qualquer outro tipo de investimento “produtivo” a seu alcance.”

Infelizmente, tal clareza nesta importante distinção analítica nem sempre, ou muito raramente, é encontrada na literatura tradicional do desenvolvimento, aí incluída a Latino Americana. Algumas vezes a questão do problema de financiamento é utilizada no sentido de falta de poupança e não limitações do sistema de crédito.²³

Mas supondo a existência de uma efetiva carência de poupança quais seriam suas consequências para o desenvolvimento econômico, ou mais especificamente, como esta carência se revelaria em alguns dos textos clássicos aqui apresentados ?

A consequência lógica direta seria uma arrefecimento, ou limitação, ao próprio crescimento e este é o sentido geral encontrado nos artigos que enfatizam a existência de baixas taxas de poupança: um bloqueio à industrialização. Entretanto, nestes artigos onde se supõe um *trade off* entre acumulação e aumento do consumo, o problema da escassez de poupança tem, também, como consequência inflação e/ou déficit externo. Estes, por sua vez, também poderia ter efeitos indiretos sobre o processo de acumulação.²⁴

De um ponto estritamente lógico o impacto inflacionário do excesso de demanda, ou de uma demanda por recursos não consumidos acima da poupança potencial de plena capacidade, só ocorreria a partir do ponto em que tal excesso de demanda não pudesse ser coberto pelo aumento

²³ Particularmente no debate sobre desenvolvimento no Brasil, essa ruptura se tornou explícita nos autores ligados a Unicamp, com destaque para a obra pioneira de Maria da Conceição Tavares (ver Tavares 1972 e 1974). A partir do momento em que a idéia de escassez de poupança é abandonada por esta autora (seja em sua versão clássica seja na versão de poupança forçada muito comum nos autores estruturalistas brasileiros) o foco da problemática do desenvolvimento passa a ser na capacidade da economia criar *funding* para o investimento privado, ou seja, fundos financeiros em volume e prazos adequados ao investimento, cuja maturação é mais longa.

²⁴ Particularmente um processo inflacionário crônico poderia ter efeitos distorcivo sobre o sistema de preços e assim sobre as decisões de investimento do setor privado. Mais especificamente poderia estimular mecanismos defensivos especulativos, principalmente no ramo imobiliário de luxo, desviando recursos escassos para uma atividade com baixo impacto em termos de criação de capacidade produtiva e tecnológica dos países subdesenvolvidos.

de importações. Deve-se notar que num contexto de excesso estrutural de mão de obra, não faz sentido lógico considerar-se a hipótese usual neoclássica, e expressa modernamente no instrumental da Curva de Phillips, de pressão de demanda sobre o mercado de trabalho gerando um processo inflacionário persistente.

Entretanto, na prática, a definição de Nurkse que afirma que ambos os impactos do excesso de demanda acabam por ocorrer simultaneamente, parece refletir os fatos estilizados que os autores do desenvolvimento pretendiam explicar:

“As nações mais pobres, em contato com as mais ricas, sentem-se continuamente impelidas a manter suas rendas e gastos monetários acima do que sua própria capacidade de produção lhes permite. O resultado é uma tendência inflacionária interna e uma persistente tendência ao desequilíbrio da balança de pagamento.”

Desta forma, em geral, os autores que tratam da centralidade da escassez de poupança para explicar inflação e desequilíbrio externo inserem sua reflexão dentro de um arcabouço teórico que pressupõe a Lei de Say. Essa escolha teórica, que vimos anteriormente é uma característica intrínseca da Teoria do Desenvolvimento.

Outros autores como Rao, por exemplo, sublinham a existência de imperfeições de ordem histórico-estrutural, para rejeitar a abordagem Keynesiana do multiplicador para a Índia. Tal rejeição se deve ao fato de que nesse país haveria uma inelasticidade da oferta, ou mais especificamente, na oferta de alimentos inelástica no curto prazo. Essa inelasticidade seria tão significativa que em alguns casos poderia ter um efeito inverso: como os produtores de cereais são ao mesmo tempo seus consumidores, a elevação da renda destes iria reduzir sua oferta. Mesmo nos setores de bens de consumo industrializados não haveria em termos práticos capacidade de ampliar a produção no curto prazo, sugerindo uma filiação teórica da análise a questão da poupança forçada presente em alguns autores ligados a tradição de Cambridge.²⁵

Esse tipo de abordagem de inelasticidade da oferta e que também é encontrada na contribuição de Eckaus, quando este se refere a “restrições monopolistas”, terá grande

²⁵ Neste ponto é preciso lembrar, mais uma vez, que mesmo aceitando-se o princípio da demanda efetiva e o mecanismo do multiplicador ainda assim é possível que graças a existência de um investimento autônomo persistentemente elevado que se crie um processo de poupança forçada, ou seja, que a mudança de distribuição de renda através da inflação gere o crescimento de uma poupança potencial de plena capacidade. Ver Kaldor (1956) para uma formulação da hipótese da poupança forçada na teoria de Cambridge.

importância para a análise de inflação estrutural dentro da tradição Cepalina.²⁶

Apesar da maioria dos autores seguirem a visão tradicional que relaciona diretamente a existência de um déficit externo, ou a necessidade de poupança externa a uma carência de poupança interna, há algumas contribuições que, ainda que de forma imprecisa, avançam na direção de considerar a restrição externa e não a de poupança como fundamental no desenvolvimento econômico.

Brutton, por exemplo, ao supor que a propensão média a importar cresceria com o próprio desenvolvimento econômico, afirma que "...se isso for verdadeiro ... a disponibilidade de divisas estrangeiras impõe um teto definido à taxa de crescimento da renda."(p.) O mesmo autor associa essa hipótese com a diferença de elasticidade renda de exportações e importações de países como um fator que, *coeteris paribus*, explicaria a crescente divergência entre rendas per capita de países mais e menos industrializados²⁷. Bruton é bastante explícito ao afastar a limitação da restrição de poupança afirmando que mesmo com o crescimento da poupança esta não será suficiente para garantir uma taxa de crescimento acelerada desejada se a capacidade de importar não crescer na mesma proporção.

Como corolário dessa observações Bruton apresenta uma argumentação que sintetiza de forma precisa a necessidade de industrialização com mudança da estrutura produtiva e pauta de comércio exterior para garantir o desenvolvimento econômico:

"Há que insistir em que uma renda crescente de "S" [i.e um país subdesenvolvido] que resultasse em poupança maior não seria condição suficiente para superar este problema [i.e. necessidade crescente de importação de bens de capital]. Mesmo chegando o país subdesenvolvido a contar com excedente de poupança interna e a ser capaz de emprestar para o exterior, a natureza da demanda de suas exportações evitará que isso se dê. Os países desenvolvidos podem adquirir todas as suas importações; o país "S" continuará limitado devido à sua capacidade de importar. A fim de seguirmos

²⁶ Ver Bastos (2001) para um breve resumo da chamada teoria da inflação estrutural Cepalina.

²⁷ Essa aliás é o argumento das elasticidades utilizado por Prebisch (1949) para defender os processos de industrialização nos países periféricos primário-exportadores. A idéia central se deriva da observação de que a elasticidade renda dos produtos primários é inferior a dos produtos industrializados. Assim, caso os países centrais (produtores de produtos industriais) e periféricos (produtores de matérias primas) crescem a mesmas taxas, com propensões importar constantes, haveria uma tendência ao desequilíbrio externo dos países da periferia já que suas exportações cresceriam menos que a demanda por importações. Este é precisamente o oposto do processo de catch up, no qual os países subdesenvolvidos e com rendas per capita mais baixas precisam crescer a taxas maiores que os países centrais para diminuir o *gap* que os separa. Deriva diretamente dessa constatação tanto a necessidade de industrialização como a redução do coeficiente de importação que permita um crescimento acelerado frente uma oferta limitada de divisas internacionais.

a seqüência de desenvolvimento,..., o país subdesenvolvido moderno terá não só de apresentar aumento na renda per capita, mas também deve-se dar alteração nas condições tecnológicas Se o que se quer é que a taxa de crescimento dos países subdesenvolvidos se aproxime da dos países mais altamente desenvolvidos, será necessária alguma transformação importante nos parâmetros tecnológicos e comportamentais que definem a função das importações. Isso significa, essencialmente, que o teto imposto à taxa de crescimento da renda pela disponibilidade de divisas estrangeiras deve ser elevado acima daquele imposto pela taxa limitada de poupança.”(p.)

A interessante análise de Bruton claramente muda o foco da restrição de poupança para a restrição de capacidade de importar em uma linha que antecipa elementos que depois seriam formalizados nos modelos de dois hiatos. Entretanto, ao contrário desses modelos, Bruton define sua poupança potencial máxima em relação ao pleno emprego da mão de obra e não a plena utilização da capacidade instalada, o que enfraquece o seu argumento, afastando-o de uma análise heterodoxa, ou não neoclássica.

Num nível bem menos geral e teórico, Chenery, que anos depois viria formular o modelo de dois hiatos²⁸ em uma contribuição altamente aplicada e com intuito de programação de desenvolvimento e escolha de setores a serem implantados numa economia subdesenvolvida acaba por chegar a algumas conclusões semelhantes antecipando, de certa forma, suas contribuições anteriores.

O critério para implantação ou não de um setor baseia-se no cálculo de custos com preços sombras que permitiria a compatibilidade entre custos internos e externos, e assim a economicidade ou não da implementação de um novo setor ou indústria, já considerado nessa avaliação algum valor dado de financiamento externo:

“O preço ótimo ou de equilíbrio das divisas estrangeiras é determinado pela capacidade da área em manter um excedente de importações sobre as exportações, mediante empréstimos ou subsídios externos. Visto que o preço de equilíbrio das divisas estrangeiras determina os limites a que deveria ser levado o investimento em cada um dos setores em que a exportação e a importação são possíveis, ele se torna o parâmetro mais importante na formulação de um programa de desenvolvimento. Se um valor muito baixo é utilizado, por exemplo, o déficit comercial será maior do que se pode financiar e medidas de emergência para estimular as exportações ou reduzir as importações deverão ser adotadas.”

O comércio exterior

²⁸ A formulação original do modelo de dois hiatos está em Chenery e Bruno (1962) e Chenery e Strout (1966). Para uma leitura crítica ver Serrano e de Souza (2000).

Um tópico em que o presente volume apresenta notável limitação em se tratando de uma coletânea de clássicos da literatura do desenvolvimento dos anos 1950 diz respeito a questão do comércio exterior. Certamente não causaria maior contestação a afirmação de que as políticas e práticas desenvolvimentistas deste período, e que refletiram diretamente a formulação intelectual teórica do período, contemplavam uma estratégia protecionista em relação às importações. Correto ou não, o termo consagrado para a industrialização acelerada desse período foi Processo de Substituição de Importações, o que implicava em prover proteção a setores específicos seja por barreiras quantitativas e/ou tarifárias.²⁹

Particularmente na tradição desenvolvimentista Latino Americana esse ponto é central nas contribuições de Raul Prebisch (Prebisch 1949), que como já destacado no início deste texto é uma das grandes ausências nesta coletânea. Mesmo o outro autor central para a crítica as vantagens do livre comércio, H.W. Singer contribui para este volume com outro texto que não seu clássico artigo de 1950 (ver Singer (1950)). De resto, esta coletânea se inicia com um artigo de Viner, um dos mais importantes autores liberais do período, ardoroso defensor da teoria das vantagens comparativas e crítico contumaz da chamada “hipótese Prebisch-Singer” de deterioração dos termos de troca (ver Viner (1953)).

Mesmo autores que são seminais para o pensamento desenvolvimentista não ortodoxo como Nurkse reconhecem que “..a doutrina da vantagem comparativa é, a meu ver, resposta efetiva às formulações mais simples da teoria da produtividade da escassez de dólares.”(p.) Entretanto em Nurkse, mesmo sendo plenamente respeitados “os princípios dos custos comparativos”, ainda assim existiria uma tendência ao desequilíbrio externo devido à pressão que a busca por emulação do padrão de vida de países mais ricos exerce sobre os países subdesenvolvidos. Assim as:

“... diferenças entre os níveis de vida, quando muito amplas e conhecidas, exercem uma pressão que eleva a propensão ao consumo dos países mais pobres. De acordo com o pensamento clássico, a falta de equilíbrio no comércio internacional só perdura porque alguns países tentam viver "acima de suas possibilidades". Temos agora uma explicação simples para o fato de que alguns países persistam em viver acima de suas possibilidades.” (p.)

Apesar dessa limitação que a seleção de textos por Agarwalla e Singh impõe a essa

²⁹ Para uma crítica ver Cardenas, Ocampo e Thorp (2000, p 2-3) e Tavares (1974 p. 101-114)

coletânea, como destacado anteriormente, podemos observar em Brutton a formulação de um esquema de diferença das elasticidades renda do comércio exterior que é central ao pensamento Cepalino.

Também muito importante é a contribuição de Lewis em seu modelo de economia aberta. Este autor apresenta uma explicação consistente para a tendência à deterioração dos termos de troca dos produtos tropicais. Sua explicação enfatiza o nível de produtividade do setor de subsistência, ou de produção de alimentos, de cada economia e não o de produtividade dos setores exportadores. Assim qualquer ganho real de termos de troca só se realizariam caso houvesse um ganho de produtividade no setor de produção de alimentos que elevaria o salário dos trabalhadores.

Para Lewis essa é a "...a chave do problema, o motivo pelo qual os produtos tropicais são tão baratos ...Por mais produtiva que a indústria açucareira se torne, os beneficiados com isso serão principalmente os compradores industriais, através de preços mais baixos do açúcar."(p.)

Esta teoria da deterioração dos termos de troca é desenvolvida de forma muito clara e simplificada em Lewis (1978), entretanto na presente coletânea além deste tópico Lewis prossegue sua análise de economia aberta examinando, consistentemente com sua premissa crítica central, a teoria das vantagens comparativas em economias com excedente estrutural de mão de obra.

O papel das externalidades

Como mencionado anteriormente, um dos principais pontos de ruptura da teoria do desenvolvimento em relação à análise marginalista de seu tempo é o papel central atribuído às externalidades na determinação do atraso econômico.

De fato, este conceito é uma das pedras fundamentais da economia do subdesenvolvimento como uma disciplina isolada. Como consequência, as externalidades estão intimamente ligadas aos argumentos em favor da intervenção no sistema econômico.

Nesse sentido, um primeiro grupo de artigos surge propondo a coordenação de grandes projetos de investimento (*big push*), em contraposição ao gradualismo da teoria marginalista o não intervencionismo de política econômica dela derivado. Dentro desses trabalhos, a justificativa fundamental para a intervenção no sistema econômico é a divergência entre o

retorno privado e o retorno social do investimento, que impede o desenvolvimento dos países atrasados.

Dentro dessa linha, um dos autores pioneiros é Rosenstein-Rodan, que ressaltou as limitações que o tamanho do mercado impõe ao desenvolvimento econômico. Rosenstein-Rodan argumenta que o desenvolvimento industrial depende do tamanho ótimo das indústrias, dados os conhecimentos técnicos e riscos econômicos e políticos, processos de desenvolvimento gradual são impossibilitados.

Mais importante para o autor, contudo, é a existência de três indivisibilidades, que dão origem a economias externas. São elas: a) do lado da oferta, indivisibilidades da função de produção, particularmente do capital social. Este deve preceder o investimento produtivo, criando necessariamente capacidade ociosa; b) indivisibilidades da demanda, ligada à idéia de que as decisões de investimento são interdependentes, o que traz um risco para um investidor individual. Nesse ponto, Rosenstein-Rodan cita o exemplo da fábrica de sapatos, que não pode gerar por si só seu mercado consumidor; c) invisibilidades na oferta de poupança.

Essas indivisibilidades fazem com que o nível e a composição setorial do investimento privado sejam bastante diferentes daquelas que seriam desejáveis socialmente. Assim, a ação governamental para promover o desenvolvimento é justificada pelo alto retorno social de um conjunto de investimentos, em contraposição a sub-conjuntos de projetos privados de investimento. Além disso, a ação governamental serve como um redutor do risco privado, ao explorar a complementaridade da demanda de diferentes setores. Finalmente, a intervenção serve como um fator psicológico sobre o investimento privado.

A visão de Rosenstein-Rodan sobre as externalidades criadas pela complementaridade do investimento pode ser claramente visualizada em um exemplo que se tornou clássico, a fábrica de sapatos. Segundo o autor:

“Admitamos que 20 mil trabalhadores desempregados da Europa Oriental são retirados do campo e transferidos para trabalhar numa grande fábrica de sapatos. Recebem salários consideravelmente superiores à escassa renda in natura de que dispunham anteriormente. (...) Se esses trabalhadores gastassem todo seu salário em sapatos, surgiria um mercado para os produtos de sua empresa (...). A dificuldade é que os trabalhadores não vão gastar todo o seu salário na compra de sapatos. Se, ao contrário, um milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados não numa indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziriam o grosso dos produtos em cuja compra eles gastariam seus salários, o que não valia para uma fábrica de sapatos seria válido no caso de um sistema de indústrias: seria criado o seu próprio mercado adicional, ocorrendo assim uma expansão da produção mundial

com um mínimo de perturbação do mercado internacional. (...) A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, como o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. É, nesse, sentido um caso especial de 'economias externas' (p.).

Seguindo as idéias de Rosenstein-Rodan, Nurkse defende a coordenação de investimentos como condição para o desenvolvimento econômico. Para o autor a noção de externalidades também está intimamente ligada ao subdesenvolvimento e à sua superação. O subdesenvolvimento é caracterizado por dois ciclos viciosos. Por um lado, nos países atrasados a baixa renda se deve à baixa produtividade, determinada pela escassez de capital. Esta, por seu turno, é explicada pela baixa capacidade de investir derivada da baixa poupança decorrente do baixo nível de renda, ou seja, pela limitada dimensão mercado. Contudo, o tamanho do mercado depende crucialmente da produtividade, que é função do uso de capital, que é determinado, no nível do empresário individual, pelo tamanho do mercado. Assim como Rosenstein-Rodan, a coordenação dos investimentos em setores produtores para o consumo de massa gera demanda interna suficiente para se deslanchar um processo agregado de investimento, quebrando o ciclo vicioso caracterizado pelo menor retorno individual do investimento *vis-a-vis* seu retorno social.

Segundo Fleming (1955), a solução da doutrina do crescimento balanceado de Rosenstein-Rodan e Nurkse propõem, na realidade, um processo de industrialização com a introdução de plantas de grande escala em setores com retornos crescentes, que produzam para o mercado doméstico. A redução do preço desses produtos, em virtude dos ganhos de escala, eleva a renda real e assim, a demanda real desses setores. É dessa forma, isto é, através da coordenação de vários projetos, que decisões de investimento que isoladamente nunca seriam implementadas por não serem rentáveis, se tornam economicamente viáveis.

Fleming (1955) faz uma crítica à concentração dos investimentos na produção de bens de consumo. Essa concentração "horizontal" ignora os ganhos da integração vertical da produção, particularmente quando bens de capital e bens intermediários são considerados. De certa forma, para Fleming a doutrina não é balanceada o suficiente, uma vez que este autor considera a transmissão vertical das economias de escala muito mais favorável. Nesse sentido uma importante contribuição de Fleming (1955) é a distinção das externalidades verticais das ditas horizontais:

"Vale a pena observar que as possibilidades de que a introdução de uma produção

mais eficiente em grande escala numa indústria de bens de consumo gere economias em outra indústria desse tipo são aqui ampliadas devido a economias geradas numa fase anterior da produção. O último tipo de economias externas ou “verticais” naturalmente elevará a renda nacional real da mesma maneira que o primeiro tipo, ou seja, “horizontal”, e é provável que em magnitude sejam as mais importantes dentre os dois tipos. Além disso, a geração vertical de economias atua não somente das últimas para as primeiras fases de produção, mas também, e mais provavelmente, das primeiras para as últimas. Assim, a expansão do produto numa indústria de bens de produção tenderá, sempre que implique um incremento do produto líquido, a promover aumento da lucratividade de outras indústrias em geral, estimulando economias nas indústrias que atuarem com rendimentos crescentes (p.)”.

A contribuição de Scitovsky se dá no sentido de sistematizar os conceitos de externalidade utilizados por Rosentein-Rodan e Nurkse. Segundo o autor, as externalidades pecuniárias têm origem em duas características do investimento. Em primeiro lugar, a existência de indivisibilidades associadas ao uso de bens de capital, criando um hiato entre custo marginal e preço, uma vez que a produção pode exceder ou ficar aquém do nível ótimo.

Em segundo lugar, esse tipo específico de externalidades é criado pela necessidade, para o investimento, de informações relacionadas às condições futuras de um sistema econômico. Contudo, o sistema de preços somente reflete, segundo Scitovsky, as situações correntes de oferta e demanda. Assim, surge a necessidade de criar um mecanismo adicional de sinalização e transmissão de informações. A combinação desses dois mecanismos leva à divergência entre os retornos privado e social do investimento. Para Scitovsky:

“Numa economia na qual as decisões econômicas são descentralizadas, necessita-se de um sistema de comunicações para permitir que todas as pessoas que sigam essas decisões conheçam as decisões dos demais e coordenem as suas com as outras. Na economia de mercado os preços constituem o sinal que informa aos demais as decisões econômicas. (...) No entanto, os preços de mercado refletem a situação tal como ela é e não como será no futuro. (...) Assim, a coordenação adequada às decisões de investimento necessitaria de um dispositivo que transmitisse informações sobre os planos presentes e sobre as condições futuras, de acordo com as suposições de tais planos no presente. O sistema de preços não consegue atingir esse fim. Daí a idéia de que falta um planejamento centralizado do investimento ou algum sistema de comunicação adicional que suplemente o sistema de preços como dispositivo de sinalização” (p.).

A importância das externalidades como elemento central das teorias do desenvolvimento econômico presente nos capítulos contidos neste livro foi objeto de análise de outros autores. Em primeiro lugar, e em resposta à doutrina do desenvolvimento equilibrado está a obra de

Hirschman (1958) e da doutrina do desenvolvimento desequilibrado. Para Hirschman, ao contrário de Rosenstein-Rodan, o processo de desenvolvimento consiste na criação deliberada de desequilíbrios que amplifiquem as externalidades criadas pela complementaridade dos projetos investimento, por ele definidas como poder indutor do investimento. Nesse sentido, o autor propõe que os encadeamentos setoriais, progressivos e regressivos, devem ser considerados na escolha criteriosa da seqüência dos investimentos em países subdesenvolvidos.

Outro ponto fundamental a ser ressaltado está relacionado para o fato de que a existência de externalidades relacionadas á indivisibilidades e complementaridades entre setores e projetos de investimento está associada, seja no nível das unidades produtivas, dos setores ou da economia como um todo, à existência de retornos crescentes de escala no setor industrial. O papel dos retornos crescentes como motor de processos cumulativos, presentes em Rosenstein-Rodan, Nurkse e Hirschman (mormente aqueles internos à firma), foi paralelamente ressaltado por Myrdal (1957), que elevou a causalidade cumulativa á categoria de método analítico para as ciências humanas e sociais.

Contra revolução neoclássica e formalização dos retornos crescentes

A partir de meados dos anos sessenta, a teoria do desenvolvimento começa a sofrer seus primeiros ataques. As fontes deste cerco são diversas. Em geral esse movimento corresponde à ascensão do monetarismo em contraposição ao intervencionismo keynesiano, tanto dentro da academia quanto nas instituições multilaterais como Banco Mundial e FMI, mas mesmo dentro do próprio pensamento desenvolvimentista começa a surgir um revisionismo crítico.

É importante anotar que mesmo entre os autores heterodoxos e desenvolvimentistas nos anos 1960 surgem questionamentos quanto à materialização dos resultados econômicos e sociais esperados a partir das teorias e práticas propostas nos anos 1950. Basicamente, começou-se a questionar a validade da hipótese do “*trickle down*” ou do gotejamento dos frutos do progresso material resultante das políticas de industrialização forçada e acelerada. Essas questões foram levantadas a partir da análise de dados sobre emprego, distribuição de renda e pobreza. Segundo Oman e Wignaraja, essa reflexão criticava a:

“...a tendência a concentração [do foco] em crescimento e na diminuição da distância entre países ricos e pobres enquanto dava pouca atenção à pobreza, qualidade de vida, e a redução da distância entre pobres e

ricos dentro dos países em desenvolvimento. A literatura reformista destaca políticas que os próprios países em desenvolvimento deveriam perseguir para erradicar a pobreza e desigualdade que afeta uma proporção tão ampla de suas populações.”(p. 99)

Um autor central na teoria do desenvolvimento Sir. H.W.Singer em 1970 (Singer 1970) levanta a questão da combinação entre implantação de modernos setores industriais e altas taxas de crescimento populacionais gerando a co-existência de um grupo de trabalhadores relativamente restrito ocupado neste setor moderno e uma massa dedicando-se a ocupações marginais. Furtado em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado (1962), apresenta uma tese semelhante, sublinhando os efeitos que esse tipo de industrialização teria sobre a estrutura de emprego e padrão de consumo, reforçando uma tendência a elevação da relação capital produto e assim acabando por diminuir a própria taxa de crescimento econômico.

Um segundo ataque vem da contra revolução neoclássica, baseada solidamente na noção da função de produção do modelo de crescimento Solow-Swan (ambos os artigos de 1956), partia da negação das diferenças estruturais dos países e, com isso, da necessidade de estudar o desenvolvimento como disciplina isolada.

Sob a égide dos pressupostos de retornos constantes de escala, dos rendimentos marginais decrescentes de fatores livremente móveis, as recomendações de política passam por uma completa revisão. Instrumentos largamente utilizados nas décadas anteriores passaram a ser identificados como causa última do atraso econômico e da crise enfrentada por vários países subdesenvolvidos a partir dos anos 1970. Começa a surgir a partir de então um consenso ortodoxo em torno da necessidade de adoção de reformas liberais como condição necessária e suficiente para permitir que a renda per capita dos países em desenvolvimento convergisse em direção àquela dos países desenvolvidos.³⁰

³⁰ Vale destacar também que como parte da reação marginalista no campo do desenvolvimento econômico está também a chamada Nova Economia Institucional cuja origem remonta ao trabalho pioneiro de Coase (1937) e tem como principais formuladores nomes como Douglas North. Nessa abordagem a explicação para um maior ou menor desenvolvimento estaria na existência de instituições mais ou menos favoráveis ao processo de desenvolvimento e, mais importante, tais arranjos institucionais seriam explicados pelo comportamento de agentes racionais individuais sujeitos a informações assimétricas, custos de transação e racionalidade limitada. O leitor desta coletânea poderá verificar que os autores do desenvolvimento já dedicavam uma enorme parte de sua pesquisa a questões relativas a natureza das instituições ainda que sua gênese não estivesse contemplada dentro do aparato analítico neoclássico.

O modelo canônico de Solow, como citado anteriormente, tem como peculiaridades alguns resultados altamente problemáticos dentro de seu objetivo de explicar o crescimento e consequentemente o desenvolvimento econômico. Por um lado não associa crescimento a acumulação, um fato estilizado, como já mencionado, de solidez inconteste. Por outro tinha em fatos não explicados pelo modelo, ou no chamado resíduo de Solow, contribuição por vezes superior aos dos seus componentes explicativos explícitos, capital e trabalho. Essa críticas não passaram despercebidas dentro do *mainstream* econômico. Em particular, duas correntes surgem a partir do final da década de 70 e principalmente ao longo dos anos 80, em um movimento que Ray (2000) denominou de movimento para longe da convergência. São elas: (i) as novas teorias do crescimento endógeno, (ii) as novas teorias do comércio internacional. O denominador comum dessas linhas é o esforço de relaxar o pressuposto de retornos constantes de escala, o que permitiria uma melhor explicação da pequena velocidade da convergência dos níveis de renda per capita entre os países, a criação de processos cumulativos a partir de correntes de comércio e o estabelecimento de externalidades a partir da coordenação dos agentes econômicos, respectivamente.

A primeira linha, as teorias do crescimento endógeno, consiste, essencialmente, na inexistência de retornos marginais decrescentes do fator capital, conforme o modelo original de Solow. Em Romer (1986), esse papel é atribuído aos gastos com P&D, em Lucas (1988) o investimento em capital humano é responsável por criar retornos crescentes e em Grossman e Helpman (1991) as externalidades são criadas pelo investimento diretor externo. Essas adaptações dão, então, origem à previsão de convergência condicional dos níveis de renda. Esse modelos, deram sustentação a uma nova rodada de políticas horizontais de apoio ao investimento em educação, liberalização dos fluxos de capital e apoio ao P&D privado.

Contudo, como foi observado, dentre outros, por Thirlwall (2005), os novos modelos de crescimento endógeno tratam apenas de implementar soluções *ad hoc* aos pressupostos neoclássicos que são flagrantemente falsos, em particular aqueles relacionados ao crescimento populacional, tecnologia, poupança e preferências. Para o autor, os esses novos modelos não oferecem senão uma tautologia. Isto é, propõe que o ritmo de crescimento dos países se aproximará quanto mais semelhante forem os países.

Serrano e Cesaratto (2002) e Cesaratto (1999) apresentam, também as condições altamente particulares e pouco plausíveis que são necessárias para a validade de modelos

neoclássicos de crescimento endógeno.

A segunda linha apresenta inovações teóricas mais interessantes, assim como implicações mais profundas. Ela inclui as novas teorias do comércio internacional derivadas da contribuição original de Krugman (1979), que apresentou um modelo de comércio internacional com desenvolvimento desigual utilizando o modelo de concorrência imperfeita de Dixon-Stiglitz (1977). Segundo Krugman, seu modelo permite incorporar ao *mainstream* conceitos das teorias clássicas do desenvolvimento (que denomina "*high development theory*"), particularmente os retornos crescentes de escala. Em sua formulação original, países com maior estoque relativo de capital tendem a crescer mais, uma vez que o investimento depende dos lucros retidos. O aumento da produção de manufaturas deprime o preço relativo das manufaturas até o ponto em que regiões com menor estoque relativo de capital sejam forçadas a se especializar.

Em Krugman (1991) o modelo de comércio é adaptado ao comércio regional em uma mesma país deu origem à Nova Geografia Econômica. Nesse caso, como apontam Ottaviano e Puga (1998), o modelo permite explicar como regiões iguais se diferenciam em aglomerações, o que só é possível devido a efeitos cumulativos. Assim, os conceitos originais de Myrdal (1957) e a importância dos encadeamentos setoriais para o desenvolvimento, propostos por Hirschman (1958) são resgatados.

Apesar do uso tanto de conceitos como instrumentos que não são originais, ou há muito já eram centrais a teoria do desenvolvimento, esse tipo de formalização cria espaço, dentro do *mainstream*, para políticas econômicas específicas, desde que não sejam permanentes e que sejam cuidadosamente selecionadas (Ray, 2000).

Entretanto, em que pesem esses movimentos recentes, mesmo dentro do *mainstream*, as recomendações de políticas ainda seguem a camisa de força dos modelos neoclássicos tradicionais, com pouco, ou nenhum, impacto nas propostas de política das instituições multilaterais. Ademais, apesar da inclusão de idéias que são praticamente inerentes à teoria econômica não ortodoxa, como os retornos crescentes de escala, tais modelos não rompem com o equilíbrio de pleno emprego no mercado de fatores e o funcionamento dos mecanismos que levam a esta posição, estando sujeitos, assim às críticas mais radicais que são brevemente enumeradas abaixo.

Na abordagem heterodoxa também, para além das críticas à Teoria do Desenvolvimento dos anos 1950, surgiram programas de pesquisa, com implicações importantes para este campo. A

principal contribuição teórica desta abordagem é estender para o longo prazo o princípio da demanda efetiva. Para tanto desenvolvem modelos de crescimento liderados pela demanda nos quais a poupança se ajusta ao investimento por meio de variações no nível de produto real. Três contribuições se destacam nessa linha de pesquisa. Os modelos Kaldorianos liderados pela exportação, os modelos Kaleckianos liderados pelo investimento e modelos de crescimento liderados pelo conjunto total dos gastos autônomos que não criam capacidade produtiva.

Nos modelos Kaldorianos dá-se grande ênfase aos rendimentos crescentes em função do tamanho do mercado e a primazia do setor industrial como motor do crescimento econômico, como discutido anteriormente. Dentro desse arcabouço, os retornos crescentes, estimados pela conexão entre o crescimento do produto e da produtividade industriais (coeficiente de Verdoorn), recuperam noções introduzidas por Alyn Young (1928), enfatizando a importância do tamanho e do crescimento do mercado para o nível e taxa de crescimento da produtividade industrial. Kaldor estabelece a existência de retornos crescentes como norma dos sistemas econômicos industrializados como um ataque a visão neoclássica convencional. O arcabouço analítico proposto por Kaldor, viria a servir de base para modelos pós-keynesianos de economias abertas em duas linhas principais. Por um lado, encontram-se os modelos de crescimento com restrição de divisas derivados da formulação de Dixon e Thirlwall (1979).³¹ Por outro, estão os modelos de causalidade circular cumulativa baseados na lei de Verdoorn e suas várias extensões contemporâneas.

Nos modelos kaleckianos, o dinamismo da economia é consequência da expansão do investimento que, por sua vez, depende basicamente de fatores de inovação tecnológica e de lucratividade, como em Kalecki (1965/1985)³²..

Finalmente, nos modelos de crescimento liderados pelos gastos que não geram capacidade produtiva há uma ênfase especial, como variáveis explicativas do crescimento no longo prazo, no comportamento dos gastos públicos, do crédito ao consumo de duráveis e à construção residencial, bem como às exportações (ver Garegnani e Palumbo (1998) e Stirati, Cesaratto e Serrano (2001))

Pelo lado crítico, propriamente dito à ortodoxia marginalista, Felipe e McCombie (2005,

³¹ Uma coletânea exaustiva até o ano da publicação pode ser encontrada em McCombie e Thirlwall (2004).

³² Para um *survey* sobre o tema ver Blecker (2002)

2006) demonstram a impossibilidade de testar a função de produção agregada empiricamente. Nessa visão, os testes comumente realizados não validam os pressupostos do modelo neoclássico, uma vez que refletem, na realidade, a distribuição funcional da renda nas contas nacionais. Assim, a hipótese de retornos agregados constantes é sempre validada, a despeito da existência de retornos crescentes. Isso acontece uma vez que na prática não é possível utilizar dados em quantidades físicas de capital e trabalho utilizados para as firmas individuais. Esses são substituídos por agregados medidos em valor, a despeito de todas os problemas teóricos implicados. Assim, todos os exercícios de *growth accounting* não são mais que estimações de uma identidade contábil, e nada têm a dizer sobre a tecnologia da economia.

Os problemas teóricos associados à mensuração do capital em valor que afetam a consistência da teoria marginalista do capital seja em nível desagregado ou agregado, como no caso citado no parágrafo anterior, encontram-se consubstanciados na famosa controvérsia do capital influenciada pela contribuição original de Sraffa (1960/1985)³³.

Tais contribuições tanto críticas como positivas foram elencadas de forma sumária apenas para ilustrar a vitalidade da reflexão crítica no campo do desenvolvimento econômico, fazendo avançar a agenda intelectual herdada dos pioneiros dos anos 1950.

Considerações finais

A trajetória da economia mundial desde o século XIX, ou da consolidação do sistema industrial moderno, é usualmente dividida em fases. Estas correspondem a períodos com específicos arranjos institucionais internacionais, tanto do ponto de vista comercial como financeiro; de estabelecimento de alguma hierarquia no tabuleiro geopolítico internacional, bem como, a predominância de uma ideologia que exerce grande influência sobre as políticas econômicas aplicadas à maioria dos países. É relativamente incontroversa a divisão adotada por Maddison (2001, p. 125) na qual identificam-se os seguintes sub-períodos históricos: a velha ordem liberal inglesa do século XIX (cujo limite pode variar em outros autores, situando-a Maddison entre 1870 e 1913), um período de transição e turbulência entre a primeira e segunda guerra, a Era de Ouro do Capitalismo do pós guerra até a crise de 1973, e finalmente recente

³³ Para um resumo desta controvérsia ver Kurz (1990) Harcourt (1972)

ordem neoliberal. Quanto à última, Maddison determina como data de início o próprio ano de 1973, quando o padrão de câmbio fixo de Bretton Woods é definitivamente abandonado, mas outros autores preferem defini-la como iniciando-se em 1980, após o choque dos juros de 1979 e a eleição nos EUA e Inglaterra de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente. A década de 1970 seria, dessa forma, um curto período de transição.

Independente da discussão quanto aos limites temporais muito rígidos, deve-se destacar em relação à Economia do Desenvolvimento, o seu nascimento no bojo de um movimento internacional de aumento da intervenção estatal na economia, com a tentativa explícita estabelecer políticas ativas em prol da aceleração do crescimento dos países mais atrasados, que, para tanto, passaram a ser alvo de um novo status teórico-analítico: o subdesenvolvimento. Essas teorias e as políticas que daí resultavam se caracterizavam por uma ruptura com a ortodoxia marginalista dominante, abandonando-se a hipótese de escassez de fatores de produção, mais especificamente, a mão de obra e dando-se grande destaque à questão das externalidades e, conseqüentemente, na necessidade de intervenção estatal na economia.

Como apontado anteriormente, a reação ortodoxa à abordagem teórica e às práticas políticas desenvolvimentista não demorou muito, tendo como centro irradiador instituições multilaterais como Banco Mundial e FMI. Mesmo no campo mais crítico e radical as idéias desenvolvimentistas dos anos 1950 também foram alvo de críticas intensas. Com a transição da Era de Ouro do Capitalismo para a Ordem Neoliberal as idéias e políticas tradicionais desenvolvimentistas perdem força política e acadêmica, ganhando terreno as novas teorias neoclássicas de crescimento e as políticas de corte ortodoxo macro e microeconômico.

Na entrada do século XXI, já decorrido um quarto de século deste arranjo, comparações de indicadores de desempenho econômico começaram a ser feitas. Estas revelaram-se não tão favoráveis a ordem que se firma a partir dos anos 1980, o que certamente contribuiu para a renovação, no campo acadêmico, de interesse pelo tema do desenvolvimento numa abordagem não ortodoxa. Mesmo no campo sócio-político é perceptível um movimento de realinhamento, ao menos regional, desde a entrada do século XXI, e cuja magnitude tende a se ampliar depois da crise internacional de 2008 e, principalmente, das políticas públicas implementadas para o seu enfrentamento.

Em tal conjuntura histórica e intelectual o lançamento de um livro clássico cuja edição em língua portuguesa única remonta a 1970 e que há muito se encontra esgotado vai permitir aos economistas que agora se dedicam ao estudo do desenvolvimento que, como no dito inglês, se levantem sobre os ombros de gigantes e desta posição privilegiada incorporem tanto as críticas a eles feitas como também as inúmeras contribuições teóricas e empíricas no campo heterodoxo desde então.

Referências

- Aspromourgos, T (1995) *On the Origins of Classical Economics Distribution and Value from William Petty to Adam Smith*, London: Routledge
- Bairoch, P. (1993). *Economics and World History: Myths and Paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press
- Bastos, C. P. (2001) "Inflação e Estabilização" in Fiori, J.L. e Medeiros, C (orgs.) *Polarização Mundial e Crescimento*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Bharadwaj, K. (1989) "Themes in Value and Distribution: Classical Theory Reappraised. Classical Theory Reappraised", London: Unwin-Hyman
- Blecker, R (2002), "Demand, Distribution and Growth in Neo-Kaleckian Macro Models," in Setterfield, M. (ed.), *The Economics of Demand-Led Growth: Challenging the Supply-Side Vision of the Long Run*, London: Edward Elgar.
- Cárdenas, E., Ocampo, J.A. e Thorp, R. (2000). *Industrialisation and the State in Latin America: the Post War Years. An Economic History of Twentieth Century Latin America*, vol. 3, New York, Palgrave Press / Martins.
- Cesaratto, S. (1999) Savings and economic growth in neoclassical theory: A critical survey. *Cambridge Journal of Economics* 23: 771-93.
- Cesaratto, S. e Serrano, F. (2002) "As Leis de Rendimento nas Teorias Neoclássicas do Crescimento: Uma Crítica Sraffiana", *Ensaio FEE*, v. 23, n. 2.
- Chandra, (2002) "The Soviet Impact on Economic Development in Non-Socialist Countries, 1947-1991" *Russian History*, VOL 29; PART 2/4, 459-480

- Chang, H-J (2004) *Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, São Paulo: Editora UNESP
- Chang, H-J (2003). "Chutando a Escada" Editora UNESP, São Paulo.
- Cenery H e Bruno, M. (1962) "Development alternatives in an open economy: the case of Israel". *Economic Journal*, March.
- , Strout, A. (1966) "Foreign assistance and economic development". *American Economic Review*, v. LVI, Sep.
- Dixit, A. K., & Stiglitz, J. E. (1977). Monopolistic Competition and Optimum Product Diversity. *The American Economic Review*, 67(3), 297-308.
- Dixon, R., & Thirlwall, A. P. (1975). A Model of Regional Growth-Rate Differences on Kaldorian Lines. *Oxford Economic Papers*, 27(2), 201-214.
- Felipe, J., & McCombie, J. S. L. (2006). The Tyranny of the Identity: Growth Accounting Revisited. *International Review of Applied Economics*, 20(3), 283-299.
- Felipe, J., McCombie, J. S. L., Dept. of, E., & University of, O. (2005). How Sound are the Foundations of the Aggregate Production Function? *Eastern Economic Journal*, 31(3), 467.
- Figueroa, M. (2004) "Labour Market Dualism in The Model of Lewis: Reply", *The Manchester School*, vol 72, n°6, p. 355-359
- Gandolfo, G (1987) *International Economics II, International Monetary Theory and Open-Economy Macroeconomics*, Berlim: Spriger-Verlag
- Garegnani, P. and Palumbo, A. (1998). Accumulation of Capital, in Kurz, H. and Salvadori, N. (eds), *Elgar Companion to Classical Economics*, Cheltenham, Edward Elgar
- Grossman, G. M., & Helpman, E. (1991). *Innovation and Growth in the Global Economy*: MIT Press.
- Harcourt, G. (1972). *Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hirschman, A. O. (1958). *The Strategy of Development*: Yale University Press, New Haven.
- Jomo, K.S e Reinert E.S. (2005) "Introduction" in Jomo, K.S e Reinert E.S.(eds) *The Origins of Development Economics: How Schools of Economic Thought Have Addressed Developmen*, London: Zed Books, New Delhi: Tulika Books
- Johnston, L.D., Williamson, S. H. "What Was the U.S. GDP Then?" *MeasuringWorth*, 2008.
URL: <http://www.measuringworth.org/usgdp/>
- Kalecki (1965/1985) *Teoria da Dinâmica Econômica, Ensaio sobre as Mudanças Cíclicas e z Longo Prazo da Economia Capitalista*, Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural.
- Kaldor, N. (1956) "Alternative theories of distribution" in *Review of Economic Studies*, XXIII, no. 2,
- Krugman, P. (1979). A Model of Innovation, Technology Transfer, and the World Distribution

- of Income. *The Journal of Political Economy*, 87(2), 253.
- Krugman, P. (1991). Increasing Returns and Economic Geography. *The Journal of Political Economy*, 99(3), 483-499.
- Krugman, P. R. (1991). *Geography and Trade*. Cambridge: The MIT Press.
- Kurz, H (1990) "Debates in Capital Theory" in Eatwell, J, Milgate, M e Newman, P. (eds) *The New Palgrave – Capital Theory* New York/London: Norton
- Love J. L (1998) *A Construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Lewis, W. A. (1978) *The Evolution of International Economic Order*, Princeton, NJ Princeton University Press
- Lucas, R. E. (1988). On the Mechanisms of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-42.
- Maddison, A. (2001) "The world economy. A Millennial Perspective. Paris: OECD Development Centre Studies
- Magnusson, L (1994) *Mercantilism: The Shaping of an Economic Language*, London: Routledge
- Mandelbaum, K. (1945) *The Industrialization of Backward Areas*, Basil Blackwell: Oxford
- McCombie, J.S.L.; Pugno, M. & Soro, B. (2002), *Productivity Growth and Economic Performance: Essays on Verdoorn's Law*: Palgrave Macmillan.
- McCombie, J. S. L., & Thirlwall, A. P. (2004). *Essays on Balance of Payments Constrained Growth: Theory and Evidence*: Routledge.
- Milanovic, B. (2005) *Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality*, Princeton: Princeton University Press
- Myrdal, G. (1957). *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. London: G. Duckworth & Co.
- Oman, C. P e Wignaraja, G. (1991). *The Postwar Evolution of Development Thinking*. London: MacMillan Press, in association with OECD Development Centre, Paris.
- Ottaviano, G. I. P., & Puga, D. (1998). Agglomeration in the Global Economy: A Survey of the New Economic Geography. *The World Economy*, 21(6), 707-731.
- Prebisch, R. (1949) "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: Bielschowsky, R. (org) (2000) *Cinquenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1.
- Ray, D. (2000). What's New in Development Economics? *The American Economist*, 44, 3-16.
- Reinert, Erik S. and Sophus A. Reinert (2003). "An Early National Innovation System: the Case of Antonio Serra's 1613 *Breve Trattato*". *Institutions and Economic Development/Istituzioni e Sviluppo Economico*, 1, 3.
- Reinert, E.S. e Daastøl, A.M. (2004) "The Other Canon: The History of Renaissance Economics" em Erik S. R. (editor), *Globalization, Economic Development and Inequality: An Alternative Perspective* Cheltenham, Edward Elgar
- Serrano, F. Cesaratto, S. (2002) "As Leis de Rendimento nas Teorias Neoclássicas do

- Crescimento: Uma Crítica Sraffiana", Ensaios FEE, v. 23, n. 2.
- Singer, H.W (1950) "The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries", *American Economic Review* 40, May
- Singer, H.W. (1970) "Dualism REvisited: A New Approach to the Problems of the Dual Society in Developing Countries", *Journal of Development Studies*, Vol. 17, n 1, October.
- Solow, R. M. (1956). A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), 65-94.
- Sraffa, P. (1960/1985) *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural
- Stirati, A., Cesaratto, S., Serrano, F. (2001) "Is Technical Change the Cause of Unemployment ?" in Bellofiore, R (ed.) *Global Money, Capital Restructuring and the Changing Patterns of Labour*, Cheltenham: Edward Elgar
- Tassava, C.. "The American Economy during World War II". EH.Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples. February 10, 2008. <http://eh.net/encyclopedia/article/tassava.WWII>
- Tavares, M. C. (1978) Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. RJ: Zahar. 7ª edição.
- Tavares, M. C. (1974) Acumulação de capital e industrialização no Brasil. SP: Editora da Unicamp. (1985)
- Thirlwall, A. P. (1979). The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 128(1), 45-53.
- Thirlwall, A. P. (2005). *A natureza do crescimento econômico*. Brasília: IPEA.
- Viner, J (1953) *International Trade and Economic Development*, Oxford: Caredon Press.
- Young, A. (1928). Increasing Returns and Economic Progress. *The Economic Journal*, 38(152), 527-542.